



Ata da Reunião da Comissão de Segurança Privada da OAB SP.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PRIVADA DA OAB/SP

REUNIÃO VIRTUAL 15/05/2020.

Aos quinze dias do mês de maio de 2020, com início às 10:00 horas, foi realizada reunião virtual – aplicativo ZOOM, com a presença dos membros da comissão, conforme acessos (lista anexa) e participação da secretaria da OAB.

Dra. Tatiana Diniz, Presidente da Comissão, deu início à reunião informando que todos assuntos tratados na reunião de 18/02/2020 ainda se encontravam pendentes, devido aos responsáveis pelas ações estarem com dificuldades para manter contatos com os respectivos órgãos diante da situação de pandemia.

Esclareceu que alguns membros convidados ainda não foram nomeados, mas foram convidados para participarem da presente reunião, tendo em vista que a equipe administrativa da OAB está em home office e pode estar com dificuldades em adotar as medidas necessárias para formalizar as nomeações.

ASSUNTOS PENDENTES:



Item 1 – CADERNO PREÇO DE ALERTA - Sr. Abud ainda não conseguiu contato no CADTERC. Sem retorno até o momento da presente reunião, irá insistir no contato com o Sr. Humberto e propor sua participação na próxima reunião para falarmos sobre Preço de Alerta em licitações e expor as possíveis medidas de controle. Dr. Felipe Villarinho e Dr. Alberto Felicio irão tentar novamente contato para conversar na Secretaria da Fazenda Estadual.

Item 2 – CONTRATO INTERMITENTE – Ressaltado que o segmento de eventos está parado diante da situação de pandemia. Dr. Luiz Borgo mencionou que o Ministério Público do Trabalho está voltado aos assuntos da COVID19 e os assuntos referentes aos contratos intermitentes não foram tratados. Ressaltou que neste momento os Sindicatos não estão empenhados em fiscalizações, e ainda a situação está prejudicada com a redução do efetivo de colaboradores. Sr. Marco Antonio Lopes vem mantendo tratativas junto dos membros desta comissão sobre o que poderá ser feito legalmente quando retornarem os eventos, principalmente como serão apresentados os preços já que é prevista maior pressão dos clientes para redução de custos. Foi publicada no Fantástico – matéria sobre entretenimento no mundo sobre novo cenário. Cuidado com os clientes que contratam clandestinos. Sugestão de pauta. Quando retornar tomar medidas necessárias para evitar a clandestinidade. Realizada reunião com o Sr. Rodrigo Goulart – Vereador do Município de São Paulo para tratar sobre a questão da documentação a ser exigida das empresas de segurança pela prefeitura para prestarem serviços em eventos no Município de São Paulo. O vereador foi atencioso com relação ao assunto, entendeu a situação. Comprometeu-se a agendar com a secretaria da habitação para conversar, junto com a Polícia Federal.



Dr. Luiz Borgo sugeriu canal denúncia anônima via sindicato dos vigilantes para notificar imediatamente à Prefeitura quando um tomador estiver praticando ilegalidade com prática de preços baixos.

Dr. Januário – com relação a secretaria de Licenciamento relatou que a reunião com o Vereador Rodrigo Goulart para tratar sobre a documentação a ser exigida pela prefeitura foi muito positiva. Quanto a questão dos valores terá que ser tratada com muita força, com comunicação à PMSP e Polícia Federal. Insistência para que as empresas não consigam tirar Alvará de evento se praticarem irregularidades e abusividades, será uma forma de peneirar os eventos legalizados. O Poder público precisa fiscalizar. CONTRU – histórico – deve atuar mais nas fiscalizações e nos eventos.

Sr. Abud – Pauta na empresa de eventos – não teremos mais o mesmo mundo – as empresas precisam se preparar para esse novo tipo de prestação de serviços de segurança em locais de eventos.

Dra. Tatiana – Canal de Denúncia Anônima é um pouco complicado, denúncia anônima e sem documentos consistentes, poderá não ter qualquer efetividade. Refletir sobre desenvolver grupo específico para a matéria, para que seja efetivo o eventual canal. Depende de verificar como viabilizar da melhor maneira possível.

Dr. Luiz Borgo – Importante que as denúncias sejam focadas no tomador e não nas empresas. A preocupação não será só com segurança, mas também com saúde dos trabalhadores.



Item 3 – Oficiar CPTM – Dra. Tatiana fez contato com a CPTM, mas não conseguiu contato devido a pandemia. Assim que conseguir dará um retorno. Dr. Alberto irá enviar correspondência, ou e-mail, cobrando informações sobre o Edital/Contrato para verificar escopo e o possível descumprimento de contrato colocando os vigilantes em risco.

RODÍZIO – RESTRIÇÃO COVID19

Dr. Felipe mencionou as ações tomadas pelo SESVESP – Impetrado Mandado de Segurança Direto no TJ contra o Prefeito de São Paulo reafirmando que os veículos utilizados na Segurança Privada estavam isentos do rodízio ampliado respeitando os tramites da Portaria 93. Liminar Deferida. Foi enviado ofício à PMSP que acolheu pedido com a publicação de novo Decreto – incluindo todas atividades de segurança privada, na alínea “j”.

Dr Felipe orientou cautela no cadastro de Colaboradores gerais e Diretores no pedido de isenção nos termos da Portaria 93/2020, considerando que a liminar foi genérica. Não há orientação para ser feito isso, pois o cadastro é auto declaratório.

Ressaltou que inicialmente não haverá necessidade de comprovação de que o motorista do veículo é empregado do segmento, mas poderá ter que comprovar no futuro, motivo pelo qual é importante ter cópia da liminar e o documento do cadastro perante a PMSP.



Possibilidade de implantação de rodízio no Município de Campinas – podendo rodar apenas 20 % da frota na semana. – Ofício para Prefeitura de Campinas – Dra. Deucy, em nome do SESVESP apresentou pessoalmente o ofício para inclusão das atividades de segurança privada e informaram que iriam avaliar. Na ocasião, a PM da região estava discutindo o assunto no momento. Decreto deve sair na presente data, se não sair no Decreto a previsão de liberação das atividades de segurança o Sesvesp poderá ingressar com o MS.

CEBRASSE – Joao Diniz – Dr. Felipe e Dr. Diogo ingressaram com o Mandado de Segurança sobre o rodízio, parabenizou o trabalho dos advogados. Dra Tatiana também os parabenizou. João Diniz Perguntou ao Dr. Felipe se as liminares forem cassadas, como ficariam as multas. Informou que fariam reunião virtual com o Edson Caram para falar sobre o rodízio – Palhuca, Rui, Joao Diniz, Maricato e às 17 horas - Sr. Bruno Bianco – Secretário Especial da Previdência e do Trabalho – iriam tratar sobre – PER/DCOMPs retidas e deferidas.

Sr. Altair Iuga – mencionou que vem trabalhando para publicação no Decreto para liberação das viaturas de escolta do rodízio faz 02 anos e no Estatuto de Segurança em tramitação também. Orientação - caso venha notificação de infração, tome medidas na notificação e não na multa, única forma de reverter as multas. Informa à PMSP, faz o recurso e cadastra no canal de comunicação para resguardar futuras discussões. Ao que pese ter decreto publicado faz 02 anos, o sistema não foi ajustado, as empresas de Escolta sempre precisam recorrer. Importante cobrar da Secretaria dos Transportes. Elogiou ações do SESVESP na figura dos seus advogados. E, agradeceu o Vereador Rodrigo Goulart que atendeu antes mesmo do Decreto.



Ainda sobre o rodízio, a Comissão de Segurança Privada entrou em contato com o Vereador para solicitar intervenção em relação ao rodízio. A Comissão de Segurança Privada também redigiu Ofício para a Prefeitura solicitando a isenção do rodízio e encaminhou o ofício para a Secretaria das Comissões para a provação da OAB e posterior envio para a Prefeitura. Até a data da reunião não havíamos tido o retorno da secretaria sobre a aprovação do ofício, motivo pelo qual ele não foi encaminhado à prefeitura de São Paulo.

Dr. Felipe – Resposta à Pergunta Sr. João Diniz, se a liminar cair, a orientação é que não teríamos que pagar, pois a multa ocorreu dentro da vigência da liminar que permitia a circulação, diferente de um tributo que em caso de cassação de liminar, deve ser pago, independente da vigência pretérita de uma liminar.

Dr. Diogo – Esclareceu que o decreto supera a liminar – não há mais risco de ter que pagar. Se ainda for necessário recorrer, o entendimento que é defensável, é utilizar o argumento de que no período da vigência da liminar não houve infração e que havia autorização para circularização do veículo. A liminar será carta na manga, por enquanto não iremos desistir, estão avaliando a situação. Se a prefeitura pedir a perda de objeto com a publicação do Decreto, poderemos ingressar novamente judicial caso as multas sejam lavradas. É provável que seja extinto o processo.

Dr. ALBERTO - Informou que a Comissão foi elogiada pelo Presidente da OAB/SP. Parabenizou a Sra. Presidente principalmente, sob o argumento que tem se demonstrado bastante atuante. Parabenizou os novos membros e os membros consultores. Boas Vindas. Sugestão de fazer reunião virtual com o Humberto para desenvolver o trabalho junto ao CARDTEC.



Eventos - Clandestinidade – Levar o assunto novamente para Dra Bruna – trabalhar para alterar a Portaria no tocante aos Alvará de Funcionamento da Prefeitura como condicionante para liberar eventos. Cebrasse – Agradecimento a atuação do Dr. Marcelo Nobre – apoio – “Amicus Curi” – Aprendiz – Ação Concluída com o Gilmar Mendes – a qualquer momento podemos ter uma decisão. Quanto aos mandados de Segurança, parabenizou a atuação dos advogados – enquanto perdurar em liminar não há que se falar em atuação.

Presidência da OAB – mencionou sobre as reuniões semanais com Presidentes de Comissão – discussão sobre o que está sendo feito pela OAB quanto a pandemia – passaram a ser quinzenais as reuniões.

Pedi para sugerir assuntos para realização de “Webinar” com as comissões.



Dr. Felipe – mencionou sobre a Ação Civil Pública sobre a reciclagem dos vigilantes que está concluso com o MP, liminar não concedida. Sobre a prorrogação das reciclagens, oficiar a Coordenação da Polícia Federal em Brasília para tentar prorrogar até dezembro.

Flavio Sandrini – informou que a ABCFAV está adotando as providências quanto ao assunto, mas ressaltou também que Procuradoria e MP estão contrários a abertura das escolas de formação de vigilantes.

Sr. Presidente em exercício do SESVESP mencionou sobre evento em 18/05 -16:30 – Facebook - Abseg – Desafios para o setor. Agradeceu e deu boas vindas a todos. Reunião Finalizada às 11:30.

Participantes

Adilson Guerche

Alberto Felício

Angelo Martins Birgolin

Diogo Telles Akashi

Eurípedes Abud



Felipe Augusto Villarinho

Flavio Sandrini Baptista

João Batista Diniz Junior

Kayan Rodrigues Capelozzi Adaide

Luiz Borgo Ciupka

Luiz Carlos Januário

Marco Antonio Lopes da Silva

Marco Cavalcante da Silva

Marcy Jose de Campos Verde

Sandra Leiko Kinoshita Goto

Silmar Brasil

Tatiana Diniz

Valéria Calente

Vanessa Ligia Machado